



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº. 02/2013

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
RESENDE, REALIZADA EM 25.04.2013

LOCAL: -----

Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho. -----

CONSTITUIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA: -----

✓ PRESIDENTE: Maria Teresa Pais Duarte dos Santos (PS); -----

1º SECRETÁRIO: Joaquim da Conceição Sousa (PS); -----

2º SECRETÁRIO: Luís Manuel de Almeida Pinto (PS). -----

HORA DE ABERTURA: -----

Eram 11h30 quando a Presidente da Mesa deu início à sessão. -----

FALTAS E SUBSTITUIÇÕES: -----

A Presidente da Mesa comunicou ao Plenário as seguintes faltas: -----

Faltaram os Membros Rui Miguel de Viseu Botelho Cardoso, Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura, Rui Manuel Coelho Cardoso, Manuel Joaquim Bernardo e Rogério da Silva.-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Freigil (PS), foi substituído pelo Secretário Luís Rómulo Bernardo.-----

A. PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”; -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

B. PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”: -----

B1. COMEMORAÇÃO SOLENE DO 39º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL;-----

Com referência a este assunto, único ponto da ordem de trabalhos desta sessão comemorativa do 39º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, foram proferidos os discursos que a seguir se transcrevem:-----

Jaime Bernardino Alves (PPD/PSD) – “Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Resende, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Resende, Senhores Deputados Municipais, Senhores Membros da Mesa da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores do Executivo Municipal, Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Resende, Senhor Presidente da Direção dos Bombeiros Voluntários de Resende, Demais autoridades e forças vivas do Concelho, Minhas senhoras e meus senhores, As minhas primeiras palavras são de



saudação a todos os presentes: autoridades e concidadãos resendenses. O estatuto do Poder Local e a participação cívica, em liberdade, são conquistas de Abril. Com esta evocação assinalamos esse contributo histórico da revolução. Dos heróis de Abril e dos que, em seguida, criaram um sistema político democrático, multipartidário e livre, somos, de facto, devedores. Senhora Presidente, Caras e caros concidadãos, A melhor forma de honrarmos as conquistas de Abril é o de fazermos destas comemorações mais do que uma simples efeméride. Mais do que o cumprimento de um ritual anual. O 25 de Abril tem um lugar cativo na história do país, mas à democracia e aos desígnios que estiveram na base da revolução não bastam um lugar na história. A melhor forma, pois, de honrarmos esta data e aquilo que nos faz juntar hoje aqui, é o de nos perguntarmos pela realização dos desígnios de Abril no nosso tempo e no nosso Concelho. De nos perguntarmos pela realização dos desígnios fundamentais do progresso e da descentralização, da igualdade de oportunidades, da coesão territorial e da livre escolha de vivermos e trabalharmos na nossa terra. Evocar Abril só fará sentido se soubermos atribuir-lhe um significado para os nossos dias. Um significado atual e relevante para os mais velhos e para os mais jovens. Para as gerações presentes e para as gerações vindouras. Senhora Presidente, Minhas Senhoras e Meus Senhores, A melhoria da qualidade de vida que se operou nos últimos 39 anos foi enorme. Um salto assinalável, sem dúvida. Melhorámos muito a qualidade de vida na sede do concelho e nas freguesias. Fundamentalmente, através de infraestruturas básicas, de serviços municipalizados, de acessibilidades internas ao concelho e da Ponte da Ermida, ainda no tempo do saudoso Presidente Brito de Matos. Mas vai há quase duas décadas que as populações de Resende continuam a ver adiada, recusada e protelada a promessa da construção das infraestruturas de comunicação mais estruturantes: a norte, por Baião; a sul, por Bigorne. Investiu-se muito em betão no concelho, investiram-se fundos comunitários e contraiu-se endividamento para o realizar. Em muitos casos, bem, mas as ligações da EN 222-2 e da EN 321-2 teimam em não sair do papel, deixando o concelho na situação de uma ilha, isolada e quase encravada. São falhanços de promessas políticas, locais e nacionais, que contribuem para afastar Resende da sua região envolvente. São falhanços que não ajudam a estancar a hemorragia de pessoas que persiste nas estatísticas oficiais, como nos últimos Censos de 2011. A ausência destas infraestruturas faz ainda tardar o desenvolvimento económico. Não ajuda a estimular o turismo interno, nem o contacto das gentes da nossa terra, dispersas nas principais cidades envolventes. Depois de tantos quadros comunitários de apoio, de tantas SCUTS e variantes no país, é pena que o Município não tenha reunido as vontades e as práticas suficientes para colocar em marcha estes importantes investimentos. Acordou-se também tarde no apelo recente ao Governo para os dinheiros do QREN, quando os fundos estão já todos comprometidos ou até mais do que isso. Em nome do interesse da terra e dos resendenses, teremos de saber colocar na agenda política a construção destas infraestruturas no Novo QREN, que vigorará a partir de 2014. Do mesmo modo, e em nome dos mesmos interesses e direitos, teremos de defender até às últimas forças da razão a manutenção do funcionamento do Tribunal de Resende e do serviço de Finanças. O PSD de Resende estará empenhado nessa causa local, que deve unir as forças do concelho. Senhora Presidente, Caras e



caros concidadãos, O nosso país vive hoje um momento muito exigente da sua história. As causas desta profunda crise, sem precedentes, estão mais do que diagnosticadas. Conhecemos as suas razões e devemos rejeitar branqueamentos dos erros do passado. Hoje pede-se ao Governo, às instituições e às empresas que reabilitem um país – o nosso! - que foi posto na eminência de uma bancarrota, sem dinheiro para financiar as empresas e honrar os compromissos e funções do Estado. Estamos a falar do pagamento de salários a funcionários públicos, do pagamento de reformas e de prestações sociais como o subsídio de desemprego ou do rendimento social de inserção. Todos o sabemos por experiência própria: não dá bom resultado gastar mais do que se tem e aquilo que não se tem. Passamos, assim, pela mão do anterior Governo socialista, pelo embaraço de pedir ajuda financeira internacional e de nos sujeitarmos a um doloroso programa de ajustamento, que afeta as famílias e as empresas. Tivemos de mudar de vida. De corrigir os desequilíbrios gritantes das contas públicas e da balança comercial externa, e renegociar contratos ruinosos para o Estado. Neste cenário, e num clima de abrandamento económico global, tornou-se ainda mais difícil a Portugal praticar políticas de investimento público e de coesão territorial. Ainda assim, os resendenses puderam beneficiar, em 2011 e 2012, do aumento, em linha com a inflação, das pensões rurais e de sobrevivência, que têm um papel social muito importante no nosso concelho. Ao contrário do anterior Governo que congelou as reformas mais baixas, houve aqui sensibilidade social e territorial. Resende aumentou ainda, no último ano, o número de beneficiários da medida de isenção de taxas moderadoras nos serviços de saúde. O PSD de Resende mantém-se atento e empenhado no benefício destas medidas concretas, em prol do interesse da terra. Outro exemplo respeita à contratualização do financiamento de 100 refeições sociais diárias entre o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social e a Santa Casa, felizmente acima das necessidades sentidas até à data. Senhora Presidente, Não poderia deixar de sublinhar a importância de que se reveste o recente lançamento do Programa Valorizar. Financiado pelo QREN, o Valorizar é destinado a apoiar as economias de concelhos do Interior e, especialmente, a financiar investimentos e um ou dois postos de trabalho de microempresas localizadas nesses concelhos, como Resende. Infelizmente, ao contrário de outros municípios, não se tornaram conhecidas das nossas empresas e instituições as linhas de apoio disponíveis, nomeadamente o novo sistema de incentivos a microempresas do Interior, que há 15 dias aprovou os primeiros financiamentos. Esse esforço não deve ser regateado. A falta de conhecimento e de acesso aos apoios públicos é um desrespeito pela terra e por um futuro melhor. Sublinho ainda os programas em curso do Instituto de Emprego e Formação Profissional. Numa visita recente ao nosso concelho, o Sr. Delegado Regional do IEFP do Norte reuniu com algumas empresas para promover um conjunto de medidas, no âmbito do emprego e da formação profissional que são verdadeiros catalisadores de integração de recursos humanos no mercado de trabalho. A este nível há excelentes exemplos, alguns deles presentes neste salão nobre. Autoridades, Caras e caros Concidadãos, Resende enfrenta hoje a necessidade e a urgência de um novo ciclo de políticas de desenvolvimento local. Precisamos de virar uma página na história de perda do concelho. Ganhámos infraestruturas e obras, mas perdemos população, atividade económica e



emprego. O mesmo é dizer, riqueza e futuro. Ao mesmo tempo, não soubemos colocar ao serviço da terra e de um desenvolvimento económico sustentável os nossos recursos mais valiosos. A nossa identidade, o nosso património, os nossos produtos agro-alimentares, o nosso potencial turístico, as nossas empresas (algumas delas, PME Líder e PME Excelência) merecem mais e melhor de nós próprios e das nossas políticas. Desperdiçamos oportunidades de valorizar a cereja, seja através da qualificação e incremento do produto, da sua transformação, da organização de canais comerciais e de distribuição mais rentáveis. Mesmo no plano da sua promoção, precisamos hoje de mais energia e de mais engenho. Precisamos de realizar um salto que transforme a venda da cereja numa experiência turística e gastronómica em Resende, numa redescoberta do nosso património histórico por parte de quem nos visita, numa animação da nossa vila e no conhecimento da instância termal de Caldas de Aregos, para dar alguns exemplos. Resende precisa e merece uma nova estratégia de desenvolvimento integrado para os próximos anos. Uma estratégia que aproveite os fundos comunitários para valorizar os recursos do nosso território, que aproveite o potencial turístico e as pessoas. Urge também uma aposta determinada num programa de reabilitação urbana em Caldas de Aregos, que é uma jóia para o desenvolvimento de Resende. As termas de Aregos merecem e justificam uma nova oportunidade, que recupere o falhanço da política municipal na gestão e exploração da unidade. Por mais justa que seja a promoção da sua utilização por parte da população sénior resendense, que o é, tal medida não disfarça o indisfarçável. Caldas de Aregos é também um ponto de ligação fundamental às dinâmicas fluviais, turísticas e de recreio do Douro, completamente desvalorizado. O falhanço do ponto de acostagem fluvial é disso um exemplo. A falta de apoio empresarial é outro sinal negativo que deve ser invertido. Um Parque Empresarial sem empresas é no mínimo inquietante. Precisamos de uma estratégia e de vontade em apostar nos nossos recursos e nas nossas pessoas. De uma estratégia que não desperdice o que temos. Que apoie os pequenos empresários, que chame novos investimentos, que se coloque do lado dos jovens e da terra. Se assim fizermos, honramos Abril e damos-lhe um sentido real e importante. Se não fizermos, correremos o risco de definhar e perder, virando ao contrário o final feliz da nossa lenda local de Santa Maria de Cárquere. Muito obrigado."-----

Luís Filipe Dias Gonçalves Guimarães (PS) – “Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Resende; Exmos. Senhores Secretários da Assembleia Municipal de Resende; Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Resende; Exmos. Srs. Vereadores; Exmos. Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia; Exmos. Srs. Membros da Assembleia Municipal; Exmos. Srs. Representantes das Entidades Públicas, Privadas e Religiosas; Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores; Caras e Caros Resendenses: Volvidos que estão 39 anos, encontramos-nos novamente para a comemoração de mais um aniversário da Revolução de Abril de 1974. Se para alguns, poucos é certo, esta sessão solene terá pouco significado, para mim, ocasiões como esta revestem um carácter de extrema importância, dado que representam um momento de homenagem e de evocação do esforço de todas e de todos aqueles que lutaram por um Portugal democrático, mas também porque constitui também uma excelente oportunidade de visitar Abril e refletir sobre a nossa vida



coletiva. Da revolução dos Cravos, nasceu um novo Portugal. Um país com uma nova esperança, na construção de um futuro próspero e de uma sociedade justa, uma sociedade de todos e para todos, assente nos ideais republicanos da liberdade, da igualdade e da fraternidade. Este modelo encontra-se consagrado na Constituição da República Portuguesa. "A Constituição é a lei suprema do país. Consagra os direitos fundamentais dos cidadãos, os princípios essenciais por que se rege o Estado português e as grandes orientações políticas a que os seus órgãos devem obedecer, estabelecendo também as regras de organização do poder político." Esta excelente definição, daquele que é no fundo o nosso contrato de sociedade, encontrei-a no sítio mais improvável... no Portal do Governo na Internet. E digo isto, porque na realidade, temos assistido nos últimos dois anos, na ação governativa, ao exercício exatamente oposto quanto aos objetivos e ideais de Abril. Portugal, é certo, atravessa um período de grandes dificuldades, empurrado por uma coligação negativa de interesses e circunstâncias, razão pela qual se tornou necessário cumprir um doloroso programa de ajustamento que coloca em causa a nossa soberania; mas para além do ajustamento, encontra-se ainda em marcha uma tentativa de transformação do nosso modelo de sociedade, transformação essa baseada em ideais que não são os nossos, não são os ideais de Abril, e muito menos são os ideais sufragados pelo povo português. O que nos querem impor, é um modelo de sociedade onde cada um de nós é simplesmente tratado como um dígito, um número, como uma mera variável de uma qualquer equação econométrica. O que nos querem impor, é uma sociedade de cariz darwiniano, de luta pela sobrevivência, onde não há lugar para a solidariedade, apenas para a competitividade. Uma sociedade em que quem fica para trás, é um fracasso, limitando-se o papel do Estado ao assistencialismo, numa lógica de minimização de danos. Apesar de todos os avisos, o Governo insistiu descontroladamente nesta estratégia. "Temos de empobrecer", afirmou já várias vezes o Sr. Primeiro-Ministro. Sinceramente, ainda não consegui perceber: como é que alguém que empobrece ganha capacidade para pagar a sua dívida? Obviamente, e infelizmente, o resultado só podia ser um: o Governo falhou. Falhou o cumprimento das metas do programa de ajustamento, com o conseqüente agravamento das dificuldades, o aumento da dívida e o empobrecimento do país, e desbaratou de forma irresponsável os sacrifícios abnegados dos portugueses, com centenas de milhares de postos de trabalho aniquilados, por este vendaval de destruição, que não satisfeito, pretende agora colocar em causa todo o progresso e desenvolvimento conquistado nestes 39 anos, período em que fomos capazes de construir uma democracia pluralista, num Estado de Direito, civilista, respeitador dos Direitos Humanos e com uma dimensão social, marcada pela igualdade de oportunidades, tendo como bandeiras o Serviço Nacional de Saúde, a concertação social e a proteção social. Por isso urge mudar de rumo, trilhar um novo caminho, uma nova visão, na defesa do nosso património, na defesa dos nossos ideais. Retomar a construção de uma sociedade justa e solidária. Colocar as pessoas no centro da ação política; precisamos que a política assuma o seu papel de primazia sobre a economia; que Portugal se faça ouvir na Europa e que esta volte a ser um espaço de paz, progresso e solidariedade entre nações; precisamos de políticas sociais, que protejam os mais desfavorecidos e criem mecanismos para promover a sua inclusão social; e em particular, precisamos urgentemente de



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

políticas de desenvolvimento regional, que discriminem positivamente as regiões do interior, e criem uma verdadeira e justa coesão territorial, pois também neste domínio se concentra um conjunto de ameaças, ameaças sérias à existência de comunidades como a nossa. Devemos erguer a nossa voz, para que respeitem a nossa identidade; Resende é a nossa comunidade e é a ela que nos orgulhamos de pertencer; somos resendenses e somos portugueses, de primeira como devem ser todos; Resende é ainda a prova de que o Poder Local democrático foi uma das maiores conquistas de Abril; apesar de tudo, ainda vivemos num regime democrático e temos por isso, o dever, a responsabilidade, de na altura certa, fazer as escolhas certas, para que não corramos o risco de uma qualquer régua e esquadro, ou de uma qualquer folha de cálculo falaciosa, possa ignorar 500 anos de história. Minhas Senhoras e Meus Senhores. Considerando o momento em que estamos, não poderia deixar de prestar aqui, o nosso tributo ao Sr. Presidente da Câmara, Eng. António Borges. Dir-me-ão: "os homens passam, a obra fica". É verdade, mas a obra que fica, é sem dúvida alguma de uma grandeza assinalável, e cujos efeitos perdurarão por muitos e muitos anos. Não estou apenas a falar da componente física deste percurso. Obviamente, que o investimento efetuado na infraestruturação e requalificação do nosso concelho contribuiu de forma significativa para a recuperação de décadas de atraso e para a melhoria da qualidade de vida dos nossos concidadãos. Mas esse investimento representou também uma aposta na valorização do nosso capital humano, na valorização dos resendenses, na afirmação dos seus valores e das suas raízes. Nos serviços básicos, no acesso à saúde, na educação (principalmente na educação) e qualificação das nossas gentes, na aposta nos nossos recursos económicos, na criação e apoio a redes de intervenção social e equipamentos sociais, na qualificação do nosso território, construiu-se um património coletivo que orgulha e dignifica todos os resendenses, e que contribui decisivamente para uma sociedade mais justa, mais inclusiva, geradora de uma efetiva igualdade de oportunidades. Resende e os Resendenses estão hoje e estarão no futuro mais preparados, mais capacitados, para enfrentar com sucesso as dificuldades e os desafios do presente e do futuro. É este património, que ao longo dos últimos doze anos, foi construído sob a liderança de António Borges; um homem para quem Resende é uma causa, e não uma etapa; um homem que participa na vida política por convicções, ideais e projetos concretos, colocando sempre Resende no foco da sua ação política, caracterizada pela ambição de construir um futuro melhor para o nosso concelho; uma liderança perseverante, à qual, mesmo nos momentos mais difíceis, nunca falta força anímica para a concretização dos seus compromissos com os Resendenses. É este caminho, é este projeto, com ambições e propostas assentes em valores que respeitam os ideais de Abril, que devemos percorrer para manter viva a chama da esperança, de que somos capazes de construir um futuro coletivo, com prosperidade, justiça, liberdade e solidariedade. A bem de Resende. A bem de Portugal. Viva o 25 de Abril!"-----

Vereador Albano Santos (PS) – "Exma. Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Resende; Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal; Exmos. Srs. Vereadores; Exmos. Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia; Exmos. Srs. Membros da Assembleia Municipal; Exmos. Srs. Representantes das Entidades Públicas, Privadas e Religiosas aqui presentes; Minhas senhoras e meus senhores:



Comemoramos hoje mais um aniversário da "Revolução dos Cravos". Trinta e nove anos passaram desde que, na madrugada de 25 de Abril de 1974, os Militares pegaram nas armas e libertaram o povo da ditadura e opressão em que o País se encontrava mergulhado há cerca de cinco décadas... Renascia então a esperança. Uma esperança que se viu consolidada com a realização das primeiras eleições legislativas livres para a Assembleia da República em 1976, entrando-se assim numa via de normalização democrática. Foram também de esperança as mensagens aqui deixadas há um ano atrás, já com a nova classe política instalada no poder! A tal classe política que se havia unido um ano antes, apenas para destruir... mensagens de esperança que passo a citar: "Esperança num país melhor, num país onde as reformas estruturais não penalizem um território como o nosso e onde o Estado não diminua a sua presença, fundamental para a fixação das pessoas. Esperança num país que vê no Poder Local e na sua afirmação uma das conquistas de Abril e finalmente, esperança de que os exercícios de contenção a que as Autarquias passarão a estar obrigadas, não venha a diminuir o seu papel ou inibir a prossecução dos seus objetivos". Um ano após terem sido proferidas estas mensagens de esperança, são já mais de 900 mil os desempregados, o que corresponde a uma taxa de 17,6%. A dívida pública aumentou mais de 20 mil milhões de euros e o défice ficou acima da meta prevista para 2012. Assistimos ao aumento do IVA na restauração, responsável pelo encerramento de 11 mil restaurantes a que correspondem cerca de 36 mil desempregados. Liberalizaram-se os despedimentos e diminuiu o alcance do subsídio de desemprego. A reforma administrativa desferiu um duro golpe no Poder Local, extinguindo mais de mil freguesias contra a vontade das populações e dos órgãos autárquicos. Contrariamente ao inicialmente afirmado, a extinção de freguesias não reforça a coesão nacional. Os tão falados ganhos de eficiência e de escala, diminuem a proximidade e a relação com as populações e conseqüentemente a qualidade da resposta aos problemas locais, o que não melhora em nada a qualidade de vida das populações e a qualidade dos serviços públicos. A proposta de reorganização do mapa judiciário, que prevê (entre outros) o encerramento do nosso Tribunal, é altamente prejudicial para as populações, a quem passará a ser negado um dos direitos fundamentais da cidadania que é o acesso à justiça, e será mais uma machadada na economia local e um forte contributo para a desertificação do interior. A ofensiva levada a cabo contra os serviços públicos e as funções sociais do estado, conquistas da revolução de Abril que a Constituição da República consagra, tem resultado no encerramento de serviços de proximidade, na degradação da qualidade dos serviços prestados e no aumento crescente dos custos desses mesmos serviços para os utentes. Saúde, educação, segurança social e justiça são, entre outros, alguns dos serviços essenciais e de grande significado para as populações, que têm vindo a ser destruídos através de brutais cortes orçamentais. Nos últimos tempos temos ouvido cada vez com maior insistência, termos como "competitividade" e "produtividade", que aparecem depois, inevitavelmente, associados a um outro termo: "salários". E o discurso acaba por ser sempre este: Para conseguirmos o desenvolvimento do país, é necessário sermos competitivos, sendo que para isso é também necessário aumentar a produtividade (leia-se trabalho). E para que a produtividade cresça é necessária alguma contenção (leia-se redução) dos custos salariais! Alguém tem que explicar a estes



senhores que competitividade e produtividade significam coisas completamente diferentes, pelo que não será através da redução de salários que lá chegaremos. A redução de salários tem levado, isso sim, a um cada vez maior abrandamento da economia e ao empobrecimento das famílias, pelo que se torna urgente alterar esta "receita" que tem vindo a ser insistentemente aplicada pelo governo. Tem sido esta a receita através da qual os nossos governantes pretendem salvar as finanças públicas, e com a qual acabam por assassinar a economia. Acabaremos assim por perder uma coisa e outra! Já agora, seria interessante saber o que pensa o parceiro de coligação do governo de tudo isto. O Primeiro-ministro, sabemos todos, não poderia estar mais de acordo, ele que até vê no desemprego uma oportunidade, que aconselha os nossos jovens a emigrar e que classifica os Portugueses como o melhor povo do mundo! O Presidente da República manifestou preocupação relativamente à dose excessiva de austeridade com que estamos confrontados, mas não terá ainda percebido que as medidas de austeridade tomadas não estão a resolver o problema que pretendiam resolver. Não criaram crescimento e estão na raiz do problema de uma pobreza vindoura. Já o parceiro de coligação do governo, estou certo, tem conhecimento prévio de todas as medidas; tal como também estou certo que tem uma opinião diferente e terá até já alertado o governo, terá defendido que há outros caminhos, mas não bloqueia qualquer decisão, porque está inteiramente convencido que isso conduziria a uma crise nas negociações com a missão externa, a que se seguiria uma crise de governo, a que se seguiria um caos que levaria a desperdiçar todo o esforço já feito pelo melhor povo do mundo, que somos nós, portugueses. Por tudo o que atrás foi dito, teríamos todas as razões para abrandar o ritmo de realizações em Resende. Porém, o que se verifica é que continuamos a crescer! Os exercícios de contenção a que estamos obrigados não nos impedem de cumprir o nosso programa, tendo sempre em mente as pessoas. É para elas que trabalhamos todos os dias, foi para elas que ao longo dos últimos onze anos transformamos o concelho. Não vou aqui referir todas as obras em curso ou já concluídas, pois todas as conhecem bem. Mas vale a pena referir que foi graças à capacidade de aproveitamento dos fundos comunitários e à grande capacidade de realização dos executivos liderados pelo Eng.º António Borges, que conseguimos recuperar do atraso de mais de duas décadas. Temos hoje condições únicas, a começar pela educação que está na base do desenvolvimento de qualquer comunidade. Temos condições únicas em Caldas de Aregos, no nosso complexo termal, onde o número de aquistas continua a crescer. Temos condições únicas para a instalação de empresas e criação de postos de trabalho, com lotes a preços simbólicos no nosso Parque Empresarial de Anreade, com lojas e espaços de venda a preços muito atrativos no Fórum Municipal, e com a possibilidade de criação de empresas com integração do posto de trabalho próprio para jovens desempregados, a que o Regulamento de Incentivo à Criação de Emprego e Empreendedorismo Jovem no Concelho veio dar resposta. A Câmara Municipal deixou de ser a entidade empregadora de outrora, não se demitindo contudo daquilo que são as suas responsabilidades, criando as condições necessárias e estimulando a economia, permitindo desta forma o aparecimento de novas oportunidades para o desenvolvimento local e regional no nosso concelho. Tenho por isso muita dificuldade em compreender os motivos que levam a nossa oposição



Resende

a votar contra ou abster-se, quando estão em causa decisões que contribuem para a melhoria da qualidade de vida das nossas populações e que conduzem à criação de novas oportunidades de desenvolvimento para o nosso concelho. Esta é uma atitude que só se percebe quando defendida por todos aqueles que não acreditam no futuro... Por outro lado, a nossa postura é de quem transformou um passado sem esperança num presente que nos orgulha a todos, porque acredita que Resende tem futuro, Portugal tem futuro. Viva o 25 de Abril! Viva Resende! Viva Portugal!."-----

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal (PS) – "Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Resende. Exmos. Srs. 1º e 2º Secretários da Mesa. Exmos. Srs. Membros da Assembleia Municipal de Resende. Exmos. Srs. Vereadores da Câmara Municipal de Resende. Exmos. Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia de Resende. Exmos. Srs. Representantes das Entidades Públicas, Privadas e Religiosas. Exmas. Senhoras e Senhores. Reunimo-nos hoje aqui mais uma vez em sessão solene, não para proclamar palavras gastas por tanto uso, mas para celebrar e refletir sobre a importância da liberdade no nosso desenvolvimento como cidadãos e na importância da Democracia como base da organização da nossa sociedade. 39 anos passados da revolução, chegámos a Abril com a consciência que a luta que os nossos pais empreenderam continua atual, viva e com necessidade de um contingente cada vez maior de guerreiros. No meio de tanta teoria, de tanta acusação, de tanto ruído ensurdecedor quero ressaltar a importância da palavra Esperança, da palavra Credibilidade, da palavra Justiça, da palavra Democracia, da palavra Ética e da palavra Justiça. Temos um povo, temos um país deprimido, assustado e muitas vezes desorientado. E por isso temos que nos unir e pensar nos que nada têm e mostrar-lhes com confiança que temos um futuro onde chegaremos juntos se acreditarmos na nossa capacidade de resistência, de dizer Não. Este não tem que se reverte na nossa capacidade de lutarmos pelos mais frágeis e nos indignarmos e denunciarmos a situação dos nossos trabalhadores do Douro, que se levantam às 4 horas da manhã, para ganharem 20€ por um dia de trabalho. É pois altura para exercermos uma participação responsável, em que cada um se compromete a fazer o seu melhor e a alterar os comportamentos e os modelos que nos trouxeram até aqui. Chega de desânimo e de descrença. Também na Ditadura as bandeiras mobilizadoras estavam mais tingidas de miséria e sofrimento do que do entusiasmo que potencia a mudança. E mudámos. O presente só é estéril de futuro quando abdicamos de nele intervir. Temos muito a mudar, a começar por nós próprios, pois só com muito trabalho e dedicação conseguiremos ultrapassar as dificuldades que hoje enfrentamos. Mas temos também que mostrar consciência que os erros revelados vieram de todas as direções e por isso temos todos que mudar de atitude a começar por nós mesmos. Minhas senhoras e meus senhores, a felicidade das pessoas radica na possibilidade de serem reconhecida a sua individualidade e isto só é possível se vivermos em liberdade. A liberdade por sua vez não fortifica sem que haja humildade, a qual garantirá a igualdade, que só é possível cumprir pela fraternidade. Reconhecer em cada rosto um irmão, é a única forma de lutarmos contra a opressão e a corrupção. Estarmos ao serviço uns dos outros, pensar sempre como já o disse, em primeiro lugar nos mais frágeis e indefesos. Renegarmos todas as possibilidades de favorecimento pessoal. Isto é cumprir Abril. O nosso país precisa de todos



Município de
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

unidos, fortes e determinados em dobrar mais este cabo das Tormentas. Que Deus nos abençoe a todos e nos guie para bem de Portugal. Viva a liberdade. Tenho dito.”-----

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a sessão, eram 12h30. -----

Os documentos que servem de suporte às deliberações tomadas encontram-se arquivados digitalmente no sistema de gestão documental IportalDoc, com réplicas no servidor, na partilha Atas, pasta Assembleia Municipal, subpasta Ano 2013.-----

E eu, *António Manuel de Almeida Pinto*, Chefe da Divisão Administrativa e de Serviços Urbanos, a redigi e subscrevo. -----



Maria Teresa Pais Duarte dos Santos
Presidente da Assembleia Municipal

António Manuel de Almeida Pinto
Chefe da DASU